

Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático

*Maria da Glória Gohn**

Dossiê

Apresentação

Há mais de dez anos que o debate teórico nas Ciências Humanas tem dado destaque à crise do paradigma dominante da modernidade, às transformações societárias decorrentes da globalização, às alterações nos padrões das relações sociais em função do avanço das novas tecnologias e às inovações que têm levado ao reconhecimento de uma transição paradigmática. Isso tudo tem levado à rediscussão dos paradigmas explicativos da realidade e à crítica à produção científica do último século, fundada na racionalidade da razão e na crença do progresso e crescimento econômico a partir do consumo (TOURAINÉ, 1994; SANTOS, 2000; MIGNOLO, 2002 etc.). A discussão teórica sobre outras racionalidades existentes tem pautado o debate da “crise da modernidade”, trazendo à tona outras dimensões da realidade social, igualmente produtoras de saberes tais como as que advêm do mundo das artes, do “mundo feminino” das mulheres, do corpo das pessoas, das religiões e seitas, da cultura popular, das aprendizagens cotidianas via educação não-formal, das experiências na participação em lutas e movimentos sociais, culturais etc.

Certamente que a discussão sobre os paradigmas do conhecimento não se circunscreve ao campo acadêmico. Ela associa-se

* Maria da Glória Gohn é Professora Titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do Centro Universitário Nove de Julho (Uninove) e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Endereço eletrônico: mgohn@uol.com.br.

diretamente ao tema do poder e articula-se com outro debate polêmico: o da colonialidade do saber, que discute, entre outras coisas, as relações de dominação entre o Norte e o Sul no mundo (SANTOS, 2006). O tema remete também à discussão sobre a produção e a reprodução das relações sociais entre indivíduos, grupos e movimentos da sociedade, sobre as formas como vivem, interagem, reproduzem-se, atribuem sentidos às suas experiências, produzem sua cultura, fundamentam teórico-ideologicamente seus projetos de vida e de sociedade. A discussão está também imbricada no campo das políticas públicas, na forma como se elaboram as políticas institucionais que buscam normatizar e regular as relações entre a sociedade civil e a sociedade política. Ou seja, a discussão está no centro do segundo termo desse debate – *a democracia*. Afeta a democracia tanto no debate sobre suas diferentes interpretações teóricas, como nos modelos operacionais que são desenhados e executados na prática cotidiana – das organizações e dos movimentos da sociedade civil, nas políticas públicas. Por isso, o primeiro termo do destaque deste debate, os movimentos sociais, será analisado a partir de um recorte que tem pautado as discussões sobre as novas racionalidades e formas de saber, qual seja: o tema do gênero. Ele tem dado sentido e direção aos movimentos sociais e questionado os modelos de democracia existentes. Destacaremos nesse tema o papel das mulheres inseridas nos movimentos sociais, em contextos sócio-políticos e culturais de construção da democracia, tendo como pano de fundo a questão das reestruturações econômicas impostas pela globalização e os efeitos das políticas sociais neoliberais sobre a organização das formas associativas da sociedade civil.

As análises de Touraine (2006) possibilitam-nos iniciar a busca de caminhos para possíveis respostas às questões. Para ele, as mulheres, os imigrantes, as lutas ambientalistas são categorias e problemáticas de um novo paradigma em formação, o cultural. Os direitos culturais estão colocando-se para acima dos econômicos, sociais e políticos, sem os eliminar. Entretanto, o mesmo Touraine, em outro texto (TOURAINÉ, 2006a, p. 18-19), alerta-nos:

É necessário não aplicar a noção de movimento social a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política [...]. O essencial, aqui, é reservar a idéia de movimento social a uma ação coletiva

que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. [...] Só há movimento social se a ação coletiva – também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social – se opuser a tal dominação.

Touraine conclui, retomando sua definição já clássica: “Um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados” (*ibidem*).

Definido nosso entendimento do que são movimentos sociais, iniciaremos com algumas questões sobre os movimentos sociais em geral, seguindo-se o destaque para os movimentos das mulheres e de gênero, para relacioná-los com a questão da democracia.

Os movimentos sociais na atualidade

Na conjuntura de um mundo globalizado, indaga-se: qual o papel atual dos movimentos social no desenrolar da democracia e quais as concepções de movimento e de democracia que fundamentam as práticas dos movimentos sociais? Como eles vêm-se e que horizontes projetam para a sociedade? Como esses movimentos articulam-se ao campo sócio-político e cultural de cada país? Como nos alerta Touraine, precisamos identificar os sujeitos que estão em discussão nesse cenário tão amplo. Dividiremos em três os formatos organizativos e as formas como se estruturam os principais movimentos sociais na atualidade: 1) os movimentos identitários que lutam por direitos – sociais, econômicos, políticos e, mais recentemente, culturais; são movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Pode-se indagar, nesse formato, qual o horizonte das lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), dos grupos portadores de necessidades especiais, dos grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos culturais – construídos

a partir de princípios territoriais (nacionalidade, Estado, local – por exemplo, na Europa e nos Estados Unidos) – e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.). Do ponto de vista da democracia, está sendo gerado um novo paradigma emancipatório a partir dessas lutas? Ou poderemos estar retrocedendo a formas particularistas de defesa de interesses de grupos? 2) Os movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural, que demandam acesso a e condições para terra, moradia, alimentação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário etc. Quais são as concepções que fundamentam esses movimentos e qual o horizonte e a perspectiva de sociedade que almejam esses movimentos, especialmente os populares? 3) As lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc. Qual o horizonte de movimentos como o Fórum Social Mundial? Como essas redes cruzam-se e entrecruzam-se com os movimentos de identidade coletiva (primeiro formato) e com movimentos sociais populares (urbanos e rurais) (segundo formato) na América Latina e, especialmente, no Brasil?

Observa-se que o campo de temas e problemas continua bastante amplo e entra no universo da cultura, da economia, das relações sociais e políticas. Dado o espaço deste trabalho, abordaremos somente o primeiro formato – os movimentos por direitos identitários – e nele, a categoria da luta das mulheres, buscando articulá-la às questões demandadas e presentes nos dois outros formatos, porque as mulheres estão presentes nos três formatos assinalados. Quais são as principais ações coletivas em que encontramos o protagonismo das mulheres? As respostas iniciais são: as mulheres estão nas redes associativas e de mobilização estruturadas em organizações não-governamentais (ONGs), nas associações de bairro e nas associações comunitárias, em entidades assistenciais, nas organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social, em organizações populares que atuam junto a mediadores (como entidades articuladoras e fóruns), nos movimentos sociais propriamente ditos e nos diversos conselhos de gestão pública compartilhada existentes.

As mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e

trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres destacam-se por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas (certamente estamos considerando nos movimentos de gênero a presença feminina e a masculina). As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas; educadores das escolas articulam-se com grupos comunitários e desenvolvem trabalhos contra a violência e o uso de drogas. Portanto, quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas. O conjunto dessas ações une categorias sociais, que criam sujeitos, que produzem movimentos sociais. Apesar dessa presença toda, existe uma invisibilidade da atuação das mulheres. Para nós, essa tese é central e justifica a importância que será dada aos movimentos e práticas coletivas das mulheres neste texto. No início dos anos 1990, a saudosa Beth Lobo já afirmava: “freqüentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 247).

Categorias sociais que estiveram até agora em situação de exclusão sócio-econômica e inferioridade na escala de prestígio social, como tem sido historicamente a categoria “mulher”, têm formado movimentos sociais para libertarem-se. Essas categorias sociais são parte das tensões no mundo ocidental mas também são fontes de dinamismo, além de serem, como no caso das mulheres, as “atrizes principais” de um novo e possível modo de recomposição do mundo. Para Touraine, as mulheres, por terem vivido a dominação em suas experiências, poderão vir a ter ações mais gerais, de recomposição de todas as experiências individuais e coletivas. “Uma sociedade de mulheres” é o título do capítulo que ele escreve para analisar o novo protagonismo da mulher na sociedade (TOURAINÉ, 2006b, p. 212-238). Para esse autor, “nada autoriza afirmar que a mulher é uma categoria definida por uma série de atributos; o mesmo vale para os homens (*idem*, p. 224).

Os movimentos das mulheres

Sabemos que as lutas das mulheres para constituírem-se como sujeitos históricos datam de vários séculos. Pesquisas têm destacado o papel das mulheres desde sociedades antigas e primitivas. Mas foi com o feminismo que elas geraram uma visibilidade pública, de um coletivo. O feminismo no mundo ocidental tem sido classificado em três grandes ondas ou fases. A primeira corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos – voto, trabalho etc. nos séculos XVIII e XIX e início do XX. A segunda onda corresponde às lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960 e 1980, quando a preocupação com a igualdade estendeu-se das leis aos costumes, focalizando temas como sexualidade, violência, mercado de trabalho etc. A categoria “gênero”, de que trataremos abaixo, surgiu nesse período. A terceira onda começou em 1990, quando as estratégias foram repensadas e “ganha ênfase a crítica à construção da imagem feminina pelos meios de comunicação em massa” (ALVAREZ, 2000; KNIBIEHLER, 2007). Nessa última fase as mulheres “falam em nome de uma libertação da sexualidade e não somente de sua sexualidade”; “As mulheres conduzem e sustentam as transformações culturais atuais” (TOURAINÉ, 2006b, p. 223); buscam reconhecimento (FRASER, 2001).

Não tencionamos resgatar neste texto a história das lutas das mulheres, mesmo porque ela é longa e há estudos muito qualificados a respeito (cf., entre outros, DEL PRIORE, 1997; PERROT, 1998). Citaremos alguns exemplos emblemáticos das três fases do feminismo porque eles ocorreram em momentos diferenciados do processo democrático e contemplaram visões diferenciadas sobre a democracia. Citaremos somente mulheres – embora alguns homens, no passado, também tenham dado atenção às mulheres, segundo suas concepções teóricas e convicções políticas, a exemplo de Michelet, em 1859. A literatura registra que, *grosso modo*, a primeira onda do feminismo no mundo ocidental foi inaugurada por Mary Wollstonecraft, que publicou em 1792 sua *Vindicação dos direitos das mulheres* (THOMPSON, 1994, p. 1-9). Em 1848, o I Congresso Nacional das Mulheres nos Estados Unidos (Seneca Falls Rights Convention) reuniu cerca de 100 mulheres que assinaram uma *Declaration of*

Sentiments (Declaração de sentimentos) (ALEXANDER, 2006, p. 240), em que já se afirmava a questão da diferença homem-mulher. Em 8 de março de 1857, morreram queimadas em uma fábrica em Nova Iorque 129 mulheres, em uma ação da polícia. Elas reivindicavam a redução da jornada de trabalho de 14 para dez horas e o direito de licença-maternidade (sempre é bom recordar que foi esse fato que levou, em 1921, a promulgar-se o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher). Quando o movimento das sufragistas emergiu no final da década de 1880 e mobilizou protestos nos Estados Unidos e na Europa, ele não reivindicava só o voto; protestava contra a teoria de ser o homem o cabeça, o chefe da família, da Igreja e do Estado, contrariamente, assim, a princípios republicanos, da igualdade entre os seres humanos.

O feminismo da primeira fase alimentou-se também de ideais socialistas. O movimento comunitarista do século XIX; nos Estados Unidos, por exemplo, o movimento dos Quacres ou o movimento Temperance, inspiraram-se em Saint-Simon, Fourier e Robert Owen e gerou ativistas feministas que reivindicaram direitos das mulheres no casamento, educação, emprego. Elas engajaram-se também nas causas abolicionistas. Já no século XX, um autor de grande influência no feminismo – que será sentido mais na segunda onda – foi Freud. Seus estudos sobre a sexualidade e os processos do inconsciente deslocaram os termos da discussão-antes centralizada nos aspectos biológicos do ser mulher ou homem (embora Freud tenha sido depois criticado pelas feministas).

No Brasil, no século XIX, causas abolicionistas também foram abraçadas por mulheres, brasileiras que “ousavam” trabalhar como professoras, escritoras ou artistas, a exemplo de Chiquinha Gonzaga (década de 1880), Nísia Floresta (1853) e muitas outras. Nas primeiras décadas do século XX, Maria Lacerda de Moura, uma feminista e anarquista, fez a ponte entre o mundo operário e a política e fundou em 1921 a Federação Internacional Feminina (LEITE, 1984). Anésia Pinheiro, em 1922, realizou um vôo entre São Paulo e Rio para divulgar o movimento feminista. Ana Aurora Lisboa organizou protestos com pequenos grupos visando ao direito à educação (LOURO, 1997). A luta pelo sufrágio feminino também teve seu impacto no Brasil, com Bertha Luz e outras. A vitória completa só veio em 1934, com

o voto feminino na Constituição Federal daquele ano. Na década de 1930, Patrícia Galvão, a Pagu, entrou para a história brasileira não apenas como escritora, mas como defensora dos direitos das mulheres. Foi a primeira presa política no Brasil no século XX.

A partir dos anos 1950, o livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* (1949) – um marco mundial na luta das mulheres contra todas as espécies de discriminações –, passou a ter influência também no Brasil, não apenas pelas idéias e conceitos que ela criou mas pelas práticas e posições que adotou na sociedade francesa. Simone foi também uma grande filósofa – o que não é pouco, se considerarmos que a discriminação e o preconceito sempre afastaram as mulheres da esfera do pensar e confinaram-nas às práticas dos cuidados. Falamos muitos dos filósofos gregos: e as filósofas gregas, quais foram mesmo?

Durante toda a primeira fase do feminismo, destacaram-se mulheres como atrizes independentes, defensoras dos direitos das mulheres, em um mundo dominado pelos homens. Elas fundamentalmente exercitavam o princípio democrático da igualdade, lutando no campo dos direitos civis e políticos, fundamentados, na maioria dos casos, na democracia liberal. A idéia de “coletivos públicos” era ainda frágil, já que a mulher estava confinada ao espaço privado, doméstico. Além da conquista gradual de direitos, as mulheres influenciaram lentamente as instituições que começaram a criar departamentos femininos (nos sindicatos também). No Brasil, progressivamente um “mundo feminino” começou a vir a público em publicações, jornais e revistas, via suplementos femininos, revistas (“Querida”, sessão em *Cruzeiro*), em revistas e romances em quadri-nhos (paixão que foi substituída décadas depois pelas novelas da TV), moda, beleza, cuidados domésticos, filhos, maternidade etc. Avançou a publicização do mundo privado e o cotidiano do “ser mulher”, pelo seu lado tradicional, tornou-se objeto da mídia.

A partir dos anos 1960, com a emergência da luta organizada das mulheres denominada pelo senso comum como “feminismo”, o movimento entrou na segunda onda ou fase: o centro das reivindicações passou para a problemática das diferenças, as mulheres atuavam em coletivos e uniram-se a outras “minorias” oprimidas e em protesto na época (negros, estudantes). A França

e os Estados Unidos foram os epicentros das lutas, com passeatas e protestos, manifestações públicas de desagravo, immortalizando figuras como Betty Friedman e outras. Foi a fase do feminismo radical, dos movimentos pela libertação das mulheres.

Saffiotti (2004) assinala que o tema da diferença entrou na pauta reclamando a multiplicidade do sujeito, o reconhecimento e a aceitação da diferença. Essa autora divide em dois momentos esse feminismo: o primeiro quando era necessário resgatar a identidade da mulher e o segundo focado na mulher em si.

A diferença foi estabelecida em termos de agregar a metade feminina da humanidade à sua parte masculina [...]. Compreendendo as diferenças de raça/etnia e classe social na categoria abstrata Mulher (com M maiúsculo.). Por suposto as diferenças diluíam-se no interior dessa categoria genérica [...]. Desta perspectiva, da qual só se enxergava *patriarcado*, caminhamos para uma ótica centrada na mulher” (*idem*, p. 37) .

Nos anos 1970, quando o feminismo radical nos Estados Unidos e na Europa entrou em nova fase, reivindicando a separação dos problemas da mulher das estruturas de poder e trabalho, processava-se a desconstrução da mulher como um ser uno, atentou-se para as diferentes orientações sexuais (lésbicas, transexuais, bissexuais etc.) e reivindicou-se que a mulher tinha o direito de ter seus próprios espaços, para falar e expressar-se. Surgiram as revistas específicas de coletivos feministas e resgatam-se mulheres na literatura, tais como Virgínia Woolf. Em outras áreas as mulheres passaram a ser lembradas como heroínas ou ícones como nas artes, com Isadora Duncan, e áreas do cotidiano público, como a criação de estilos – Madame Chanel na moda, Greta Garbo no cinema etc. A Psicanálise contribuiu com essa fase, via Lacan (vide *Sobre a sexualidade feminina*), Kristeva e outros, com seus estudos sobre sexo e desejo¹.

Na segunda fase do movimento feminista, nos anos 1980, o grande saldo positivo foi a construção da categoria “gênero”. Heilborn e Sorj (1999, p. 185-186) assinalam:

1 Para maiores detalhes sobre essa fase, cf. Eagleton (1996).

A partir da década de oitenta observa-se uma gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país. Em termos cognitivos esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino. Os homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser investigada e uma abordagem que focaliza a estrutura social mais do que os indivíduos e seus papéis foi favorecida.

Segundo Vera Soares (2004, p. 113-114):

O gênero se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo; enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior *status* que a construção social do ser mulher. O gênero é um termo relacional, que nomeia a interação entre o masculino e o feminino; portanto, o estudo de um é coadjuvante do outro. O conceito de gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas. Não obstante, é apenas parte de uma construção social complexa social complexa de identidade, hierarquia e diferença. A raça, a etnia, a classe são outras categorias socialmente construídas que se intersectam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos.

No Brasil o desenvolvimento da segunda onda do movimento feminista foi diferente e ocorreu um pouco mais tarde que nos Estados Unidos e na Europa. As mulheres emergiram na cena pública brasileira, após 1975, por meio de seus diferentes papéis sociais – como mães que lutavam por seus filhos desaparecidos nos porões da ditadura militar; como mães moradoras nas periferias que clamavam por creches nos locais de moradia (cf. GOHN, 1985); como trabalhadoras que tinham salários diferenciados ou não lhes era dado o direito à maternidade etc. Mulheres que lutaram contra a ditadura militar e estiveram exiladas, retornaram ao país com a anistia política em 1979, após terem convivido com grupos feministas no exterior. No final dessa década formaram-se grupos e correntes no Brasil sobre o feminismo, especialmente nas universidades e

em centros de estudos. Assassinatos de mulheres, como o caso de Ângela Diniz por Doca Street, mobilizou as feministas no Brasil durante o processo judicial, na luta contra a impunidade corrente neste tipo de crime. “Quem ama não mata” foi o mote.

Segundo Álvares (2000), o movimento feminista na época ainda era bastante atrelado às práticas do movimento de esquerda – coordenações centralizadas nos congressos, redação de manifestos, decisões por palavras de ordem etc. Alvarez afirma que nos anos 1980 as feministas adotaram práticas mais fluídas.

Os estudos e pesquisas das feministas integraram-se paulatinamente na comunidade científica universitária e em centros de pesquisa, a exemplo da Fundação Carlos Chagas em São Paulo. A Fundação Ford teve um papel importante como impulsionadora de pesquisas sobre as mulheres no Brasil na década de 1980 (cf. COSTA & BRUSCHINI, 1992). É interessante assinalar que a associação dos estudos e das práticas feministas com a academia deu-se em um movimento inverso do que ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos. Lá, a inspiração das feministas foram as manifestações de protestos nas ruas (cf. HEILBORN & SORJ, 1999, p. 183-221). Aqui, dado o regime militar vigente, até 1975 não houve grandes passeatas ou manifestações de protestos das feministas. Na década de 1980, a mulher ganhou espaço nas políticas públicas: surgiram os primeiros conselhos da Condição Feminina, os SOS Mulher, as delegacias da Mulher. Movimentos sociais e ONGs emergiram e consolidaram-se em inúmeros eventos, nos congressos da mulher trabalhadora etc. A mulher assumiu-se como militante nos movimentos, partidos e sindicatos e deixou os departamentos femininos como capítulos de uma história do passado. Questões de saúde, sexualidade, violência etc. entram na pauta das lutas. Aos poucos as divergências de orientações políticas e ideológicas no campo organizativo das mulheres foram aprofundando-se.

Na academia inicialmente ocorreram estudos que articulavam mulher e trabalho (SAFFIOTI, 1978; SOUZA-LOBO, 1991), sob a óptica da análise marxista. Essa abordagem predominava em grande parte da academia nos anos 1970, especialmente inspirada nos estudos sobre os movimentos sociais de M. Castells, E. Hobsbawn e E. P. Thompson. Mas novas abordagens inspirados em Foucault, Casto-

riadis, Guatari, Deluze etc. já se apresentavam no estudo dos novos movimentos sociais e a grande maioria das feministas brasileiras da academia, nos anos 1980, criticou as análises marxistas no que se refere ao tratamento dado por essa abordagem à questão da mulher. Talvez essa possa ser uma das razões pelas quais os estudos sobre as mulheres caminharam no Brasil em trilhas separadas das de outros pesquisadores, que se detinham no tema dos movimentos sociais, especialmente os populares, vistos na época como novos atores em cena (SADER, 1988). As mulheres eram estudadas nos movimentos populares mas não destacadas como atrizes principais. Eram pesquisas que registravam a existência da periferia e das suas carências como um todo (CALDEIRA, 1984). Grande parte dos estudos das feministas da época também não tratava das condições de vida das mulheres na periferia.

Nos anos 1990, a conjuntura sócio-política alterou-se no Brasil, seguindo a tendência de fortalecimento de grupos institucionalizados e certa desativação de movimentos sociais independentes de organizações ou políticas públicas. Apesar da conquista de inúmeros espaços na vida cotidiana e nas políticas estatais, movimentos de mulheres, assim como outros movimentos sociais, refluíram enquanto mobilizações. Em compensação, ONGs criadas e coordenadas por mulheres multiplicaram-se em todas as classes e camadas sociais e foram tornando-se a forma de representação predominante das mulheres no Brasil. As mulheres passaram a estar presentes em novas arenas, não como movimento social de mulheres mas como “movimento feminista”. Esse termo passou a expressar a articulação das feministas em práticas institucionalizadas, atuando via ONGs, em projetos e programas sociais apoiados por órgãos públicos, com apoio de organismos internacionais. Na realidade essas novas ONGs não são movimentos sociais, são organizações sociais institucionalizadas que trabalham com mulheres. Suas matrizes discursivas não centralizam as mulheres das classes populares para trabalhos de conscientização, políticas equitativas etc. Como veremos abaixo, o foco passou a ser o da inclusão social. Nancy Fraser (*apud* ÁLVARES, 2000, p. 415) denominou as novas práticas de “contrapúblicos subalternos”, pois cada vez mais imbricados com públicos dominantes. As contestações discursivas refluíram e o

movimento feminista construiu ligações cruciais entre movimentos e arenas políticas institucionais – ligações que permitiram que as demandas e os discursos do movimento fossem traduzidos em itens programáticos de plataformas de sindicatos partidos e das políticas nacionais e convenções internacionais (ÁLVAREZ, 2000, p. 415).

Em resumo, nos anos 1990 grupos de mulheres foram organizados em inúmeros campos da vida cotidiana: atuação na política, redes de conscientização de seus direitos, frentes de lutas contra as discriminações no mercado de trabalho e no cotidiano em geral, SOS de defesa contra agressões física que sofrem de homens machistas e violentos etc. Como sabemos, as mulheres foram também, no plano internacional, o centro temático de uma das grandes conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) dos anos 1990, em Pequim (China), em 1995.

Basicamente podemos dizer que nas últimas décadas do século XX construíram-se duas representações sobre o feminismo: a da igualdade – que enfatiza a similitude entre homens e mulheres e destaca as lutas mais gerais contra todas as formas de opressão – e o feminismo da diferença, das desigualdades – que defende haver uma diferença fundamental entre os sexos que levam a *práxis* diferentes. As questões acima nos indicam que no feminismo – em que as mulheres sempre tiveram visibilidade pelas suas demandas e especificidades e em que sempre houve um debate teórico que dava apoio às bandeiras de lutas (CASTRO, 1992; SCOTT, 1994; TILLY, 1994) as posições paradigmáticas sempre foram múltiplas e seguiram, *grosso modo*, as linhas do debate teórico mais amplo sobre as questões sociais. Lógicas articulatórias mais liberais deram apoio à defesa do princípio da identidade psicológica – centrado nos efeitos das privações (materiais e simbólicas) sobre os indivíduos –, eixo articulatório central das lutas da primeira onda do feminismo, que tinha na democracia liberal sua fonte de inspiração. As contradições e a ênfase no processo de trabalho sempre estiveram no centro das abordagens marxistas, embora, como já dissemos, esse paradigma nunca tenha tido um espaço muito grande nos estudos das feministas, pois muitas delas partiram justamente de uma crítica não somente da ausência da mulher nos estudos marxistas (sobretudo sobre o movimento operário), como dos fundamentos do método,

centrado em determinações estrutural-sistêmicas e macro-econômicas, com pouca visibilidade para a ação concreta dos sujeitos sociais, ignorando-se as questões específicas das mulheres, nos mundos privado e público.

A temática das diferenças tem guiado a lógica articulatória das abordagens pós-modernas, presentes nas segunda e terceira ondas do feminismo. Elas beberam nas mesmas fontes teórico-metodológicas que os analistas dos novos movimentos sociais da época, a saber: as abordagens pós-modernas baseadas no interacionismo simbólico e na Fenomenologia. A primeira interessa-se pelas redes de sociabilidade, os vínculos e laços sociais; busca compreender os processos de subjetivação dos movimentos, como se constituem, suas práticas, seus projetos, inovações etc. Na segunda abordagem, a dimensão subjetiva está imersa em um contexto histórico e social e é voltada para a análise das práticas da vida cotidiana. Essas práticas são vistas como estruturantes de uma realidade social mais complexa. A Fenomenologia preocupa-se com o sentido e o significado das ações coletivas, privilegiando a presença corporal no momento da pesquisa. Por isso ela tem sido muito utilizada em pesquisas sobre as mulheres, porque busca captar, além de suas pautas reivindicatórias, demandas e conflitos, também o significado do dito nas palavras, o tom da voz, o olhar, os gestos, expressões e os movimentos corporais das entrevistadas. Debate-se portanto as atitudes e as intencionalidades das participantes, tentando compreendê-las. Segundo Gadea (2006, p. 81-82), “para a crítica pós-moderna, os movimentos sociais são comunidades de valores com alta densidade de interação entre seus integrantes. Refletem redes sócio-espaciais latentes e capazes de precipitar-se em situações definidas como favoráveis. São, assim, modelos de sociabilidade”.

Na atualidade o debate e a produção teórica das feministas formam um campo do processo de conhecimento com múltiplos recortes. Há uma filosofia contemporânea das feministas na qual as questões de gênero, o corpo, a sexualidade e a liberdade são discutidas à luz de filósofos do passado – Kant, Rousseau (muitas vezes, criticando-os) – ou contemporâneos do século XX, como M. Merleau-Ponty, H. Arendt, M. Foucault e certamente S. Beauvoir. O tema da discriminação tem lugar central (cf. HEYS, 2006).

A corrente da Teoria da Mobilização Política de análise dos movimentos sociais – que nunca teve grande penetração no Brasil, entre os pesquisadores da área dos movimentos sociais – passou a analisar, nos Estados Unidos e na Europa, o processo de institucionalização dos vários grupos que constituíram movimentos sociais importantes nos anos 1960 e 1970 como vários movimentos das mulheres (cf. TILLY, 2005; TILLY & TARROW, 2007).

Essas questões têm alimentado os debates teóricos e as disputas político-ideológicas no campo da organização das mulheres. A generalização do uso da temática “gênero” nas últimas décadas do século XX teve ganhos qualitativos, mas também trouxe dificuldades para as mulheres. Ganhos porque, de um lado, desnaturalizou o tema das diferenças, introduziu o masculino ao lado do feminino, para discutir as diferenças histórica e culturalmente construídas, e ampliou o debate colocando novos sujeitos oprimidos em cena, igualmente ignorados e invisíveis até então na sociedade – os *gays*, lésbicas, transexuais etc., apontando para as inúmeras formas de discriminação. Com isso, não apenas opôs o ser humano mulher ao ser humano homem e suas diferenças biológicas, lembrando que o gênero pode ser feminino ou masculino. Dificuldades porque houve uma certa diluição das mulheres na temática de gênero e a invisibilidade da maioria delas continuou nos movimentos sociais não-feministas, embora possamos denominá-los de “movimentos de mulheres”. O debate das feministas tornou-se circunscrito ao meio acadêmico, mais ou menos “elas com elas e sobre elas”, entre as pesquisadoras ou as intelectuais feministas – as quais, no Brasil, estão em grande medida na academia também. Por isso, estou de acordo com algumas analistas, como Sonia Alvarez, que usa a dupla nomenclatura “movimento feminista” e “movimento de mulheres”. Entendo que são duas categorias: as feministas estão envolvidas nos debates e na organização do campo feminista, interferem nas políticas, participam das coordenadorias e das políticas sociais. Elas têm visibilidade, têm voz e dão voz às mulheres, multiplicam os espaços de atuação das mulheres, estão nas ONGs, nas passeatas, nos protestos etc. Elas levam à frente campanhas e lutas em que as demandas e reivindicações estão centradas nas mulheres propriamente ditas, tais como o câncer de seio e outras doenças que

atingem o corpo da mulher, a violência física contra as mulheres, as discriminações no mundo do trabalho – simbólicas e reais, como as salarial, questões sobre o aborto e sexualidade em geral etc. Embora um tanto “voltadas para si próprias” (pois o debate é recortado pelas correntes e tendências), elas lutam por ideais e pelo exercício pleno da democracia à medida que têm a questão da igualdade e da liberdade como horizontes da ação coletiva.

O “movimento de mulheres” é algo muito mais numeroso, mas quase invisível enquanto movimento de ou das mulheres. O que aparece ou tem visibilidade social e política é a demanda da qual são portadoras: creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde etc. São demandas que atingem toda a população e todos os sexos, mas têm sido protagonizadas pelas mulheres. Na área da educação formal, por exemplo, principalmente no Ensino Fundamental, pesquisas e estatísticas têm apresentado, há anos, a predominância das mulheres. Mas quando falamos do movimento docente – nas escolas ou sindicatos e associações da categoria –, a mulher não tem visibilidade. É como se o movimento fosse assexuado. A democracia não se viabiliza porque as lutas, usualmente, ficam no universo restrito, de certa forma até corporativo; o tema das diferenças não emerge em sua dimensão vertical – como estruturas maiores que hierarquizam a sociedade. O tema aparece apenas em sua dimensão horizontal: diferenças entre categorias, comparação entre conquistas localizadas. Em relação à participação da mulher em cargos na política pública, estatísticas têm demonstrado que ainda são casos isolados, embora o simples acesso das mulheres aos cargos de representação pública não signifique mudança substantiva, se as estruturas de poder continuarem a funcionar do mesmo jeito. A mulher tem que introduzir seu modo de ser na gestão, e não desempenhar apenas um papel planejado por homens, para ser ocupado também por homens.

Há ainda outra forma de invisibilidade das mulheres, aquela que é gerada pelo cruzamento das temáticas: por exemplo, na questão indígena. Trata-se de um movimento identitário, de forte conteúdo cultural, mas quando falamos do movimento indígena ou dos indigenistas, só a figura do índio, do macho aparece. E as índias? Como aparecem nessas representações políticas e culturais,

nos estudos e nas políticas? Se adentrarmos no campo da Antropologia e dos estudos culturais, observamos desde os estudos de Malinowski o papel importante das mulheres nos grupos tribais. E o papel específico e importante das mulheres ainda é presente e muito forte entre vários grupos, tribos e nações indígenas. Em alguns casos elas detêm papéis dentro das comunidades indígenas que são frutos de mitos, tradições e ritos, preservados e repassados de mãe para filhas, só concedidos a ou sendo atributos das mulheres. Só elas podem operar essas ações. A identidade da mulher indígena encontra dificuldades para construir-se porque o próprio Estado elabora políticas que fragmentam as causas sociais. Por exemplo, no México, os direitos dos indígenas e o direito das mulheres criaram dicotomias e as mulheres reformulam suas identidades como “cidadãos” apenas para serem incluídas em programas e projetos sociais, perdendo-se suas especificidades. Em relação à mulher afrodescendente poderíamos listar problemas semelhantes aos que ocorrem com as índias – o da sua invisibilidade.

Movimentos de mulheres e democracia

Estudos e pesquisas recentes têm demonstrado como a construção do conceito de cidadania, fundamental no século XVIII, foi no século XIX implementando-se em vários países, inclusive na América Latina, de modo a tratar a mulher como dependente em relação aos direitos de propriedade e família, excluindo-a da vida política (ESCANDÓN, 2006). Esse tratamento afetou toda a sociedade. No México do século XIX uma mulher que viesse a casar-se com um estrangeiro perdia o direito à cidadania mexicana e a eventual direito de ter propriedade no seu próprio país.

Os modelos de democracia que passaram a orientar as práticas dos movimentos e ONGs, especialmente aquelas coordenadas por mulheres, formam um leque diversificado. Temos defensores da democracia radical (como WOOD, 2003), da democracia representativa aliada à democracia direta (Bobbio) ou da democracia deliberativa proposta por Habermas (2002) ou ainda da democracia participativa aliada à deliberativo-representativa na linha de Santos (2002). Este último postula, juntamente a Avritzer, que no debate democrático atual:

O problema da constituição de uma gramática social capaz de mudar as relações de gênero, de raça, de etnia e o privatismo na apropriação de recursos públicos colocou na ordem do dia o problema da necessidade de uma nova gramática social e uma nova relação entre Estado e sociedade. Esta gramática implicou na introdução do experimentalismo na própria esfera do Estado, transformando o Estado num novíssimo movimento social (SANTOS & AVRITZER, 2002, p. 54).

Os planos e programas de inclusão das mulheres, no Brasil atual, conciliam aspectos da democracia liberal, fundada no mercado, com a democracia representativa, segundo critérios de representatividade. Mas a legitimidade da última é discutível, porque aspectos centrais da democracia republicana, fundada em uma comunidade ética de defesa do universal, não têm sido respeitados. O universal também não tem sido uma diretriz; ao contrário: o que se tem é a hegemonia do recorte singularizado segundo idade, sexo, condição sócio-econômica etc.

As políticas de inclusão social para as mulheres e outras categorias sociais no Brasil atual, presente nas políticas sociais, substituem a noção de democracia como resultado de embates políticos, como jogo das diferenças e tensões, como campo da política em que diferentes projetos de sociedade defrontam-se e confrontam-se, por uma noção de democracia naturalizada, fundada na moral, despolitizada, de um mundo sem antagonismos e sem relações de poder na sociedade. A política é eliminada, buscando-se construir consensos pelo alto. O Estado antecipa-se e cria conselhos para a resolução de todas as demandas e problemas dos grupos excluídos – mulheres no presente caso. Nessa concepção, a cidadania aparece apenas como apropriação de direitos que historicamente foram negados. Mas não se trata de qualquer ou de todos os direitos: são aqueles pré-selecionados pelos órgãos estatais. A sociedade civil passa a ser o espaço de realização da democracia, o Estado exime-se de implementar políticas que transformem esses direitos realmente em uma conquista – o que resta é uma cidadania outorgada, tutelada. A democracia realiza-se pelo preenchimento de um rol de condições, todas focadas na sociedade civil, em que não há a responsabilização do Estado para a geração de políticas de empregos, mas redes de

proteção social para os excluídos via recebimento de doações financeiras. Direitos coletivos são transformados em direitos individuais; não para todos(as), mas só para alguns, segundo critérios de uma racionalidade burocrática. Segundo Celi Pinto (2006, p. 119), “há um apagamento da noção de democracia como projeto político”.

E as mulheres dos movimentos populares? Como ficam? Entender seu lugar na política e na no campo da organização associativa requer olhar para o Estado e para as políticas públicas. Como sabemos, o Estado nos anos 1990 alterou completamente suas políticas e passou a incluir a temática das mulheres nas agendas políticas – a grande maioria de corte neoliberal, de trabalhos focalizados em comunidades “carentes e vulneráveis”, trabalhando não com movimentos sociais mas com grupos sociais divididos da forma clássica pelas políticas assistencialistas (mulheres, crianças, jovens, idosos etc.). As mulheres passam a ser as grandes beneficiárias das políticas públicas do tipo bolsa-família. São tratadas a partir de uma cidadania outorgada e não como sujeitos capazes de protagonizar processos de transformação social emancipatórios. Grupos feministas e analistas têm apontado a necessidade de alterar esse quadro e de “construir uma nova ordem social, mais plural e democrática. Uma ordem que não se sustente na subordinação e na dependência das mulheres, mas na igualdade e, conseqüentemente, em relações sociais mais justas, mais democráticas e mais plurais e apontem o importante papel do Estado nesta construção” (SOARES, 2004, p. 115-116).

As mulheres nas políticas sociais

As políticas neoliberais do final do século XX atingiram fortemente as mulheres, que passaram a desenvolver atividades no setor informal, em relações de trabalho mais precárias que antes. No campo das políticas públicas o tema das mulheres tem sido tratado de maneira fragmentada, como parte dos grupos sociais vulneráveis, em situação de risco, e integrado os programas focalizados de “inclusão social” – chave política das políticas neoliberais para o trato de pobreza, desemprego e crescimento econômico, sob a rubrica de políticas que visam a promover a igualdade de oportunidades, tendo o mundo do trabalho como referência. As especificidades do

“ser mulher”, como forma de identificação pessoal e coletiva, como prática cultural de um modo de ser e prática política de sujeitos diferenciados – as atrizes em movimento, assim como suas posições no ordenamento da sociedade, continuaram silenciadas e invisíveis. Isso se explica também porque as mulheres que têm participado dos programas e projetos sociais patrocinados pelas políticas governamentais usualmente não são originárias de movimentos sociais mas de ONGs que têm seus projetos patrocinados por programas sociais com verbas públicas. Como já assinalamos, as ONGs tornaram-se gestoras de projetos sociais. Trabalham, em muitos casos, em conformidade com as diretrizes governamentais das agências de financiamento que lhes dão apoio. Certamente, há exceções. “As políticas de inclusão para questões de gênero entenderam a temática/problemática das mulheres como questão de gestão operacional de suas demandas”, no dizer de Burity (2006, p. 49).

Sendo assim, o sentido que vem sendo construído para a democracia, nos movimentos sociais – com grande participação de mulheres – é também excludente e conservador. Temas fundamentais como liberdade, igualdade e diferença não são sequer considerados porque as mulheres são incorporadas nesses projetos visando apenas a gerar renda e condições econômicas de sobrevivência dentro de um modelo econômico que não está preocupado com a emancipação das mulheres como seres humanos em suas especificidades, ignorando a opressão e as discriminações a que são submetidas. O modelo econômico exclui as mulheres das camadas populares do mercado de trabalho porque não há “emprego”, há trabalho precário, ocasional ou uma bolsa-família. Essa pseudo-inclusão, de cima para baixo, não gera condições para o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades, nem contribui para o crescimento cultural, intelectual ou político das mulheres, pois apenas mudam de patrão – agora é o Estado-patrão, na figura de algum ou (pior ainda) alguma chefe local (pode ser até uma mulher, no cargo de uma diretora de uma creche ou ONG), que a controla no cumprimento das metas: atuar junto aos projetos sociais, inscrever-se continuamente nos programas das inúmeras bolsas (família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), vale-gás, vale-luz, cartão-cidadão, tarifa mínima, filho na escola etc.).

Os raros conselhos de direitos com alguma remuneração pelos trabalhos prestados pelos conselheiros não têm incorporado as mulheres mais pobres da comunidade local porque elas não atendem aos níveis educacionais e outros quesitos. Esse cenário explica-se pelos efeitos das políticas neoliberais no país, que fragmentam e debilitam os atores e as atrizes que participam de movimentos sociais organizadas no plano local, sob a forma de movimentos sociais; fortalecem processos de individualização na distribuição de recursos financeiros e estimulam a organização de coletivos amorfos, sem identidade, controlados por grupos ou indivíduos de confiança dos organizadores dos programas e projetos sociais locais. A identidade coletiva, cidadã, que deveria ser construída a partir dos grupos locais, é substituída por redes de consumidores-clientes, súditos de um novo império – assistencial, imobilizador e clientelista. O direito à sua própria identidade, ao território de seu *modus vivendi*, a autonomia para suas decisões e visões sobre como se desenvolverem não existe porque as identidades locais perdem-se, criam-se resistências em torno de identidades comunitárias ou comunais. Mas estas perecem se não se organizam, mobilizam e unam-se a redes maiores que conformam identidades sócio-políticas e culturais coletivas, nacionais ou supra-nacionais, como os fóruns sociais. O Fórum Nacional de Reforma Urbana também assinalou:

As políticas urbanas, em geral, não incorporam a dimensão de gênero e não levam em consideração as necessidades específicas das mulheres e reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres. Apesar das insuficiências, é preciso reconhecer os avanços decorrentes da organização das mulheres e do movimento feminista. É fundamental, ainda, o monitoramento das políticas afirmativas e específicas para as mulheres, verificando a sua implementação e efetividade (FNRF, 2007, p. 1).

Diante disso, indaga-se: que democracia é essa que exercitamos e perpetuamos? Será que estão sendo reinventados os caminhos da emancipação social, nos termos que propuseram Santos e Avritzer (2002)? Certamente a resposta é “não” para os caminhos das políticas públicas forjados nos gabinetes estatais de controle e regulação social. Mas a presença das mulheres não se resume a projetos e programas

sociais. Elas tornam-se *atrizes* em sua atuação autônoma na sociedade civil, nos movimentos de mulheres e nos movimentos feministas.

As marchas das mulheres no século XXI

Dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações associativas da sociedade civil têm demonstrado que as mulheres são o contingente principal dentre aqueles que se mobilizam para a luta por questões coletivas, no âmbito público, embora elas sofram inúmeros constrangimentos no âmbito privado, em suas próprias casas. Segundo a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), atualmente:

As mulheres representam dois terços dos 876 milhões de adultos analfabetos do mundo. Elas são mais da metade da população mundial e produzem metade dos alimentos do mundo, apesar de serem proprietárias de somente 1% das terras produtivas. Pesquisas da ONG Care, tem demonstrado que quanto mais tempo uma jovem fica na escola, maior será a renda de sua família quando ela se tornar adulta. Em resumo, o fortalecimento das condições das mulheres é crucial como primeira ação para as mudanças nos países mais pobres do mundo (ABONG, 2006).

No campo empírico das lutas sociais observa-se na América Latina uma rearticulação de lutas e movimentos sociais que se opõem ao modelo econômico vigente e à situação de desemprego e miséria que as políticas neoliberais têm gerado nas últimas décadas. E são as mulheres as grandes atrizes que têm realizado essa junção entre causas estrutural-econômicas e causas específicas vividas pelas mulheres². As mulheres estão colocando os movimentos sociais

2 Em São Paulo há vários grupos consolidados e que já se tornaram históricos: União das Mulheres, Rede Mulher e Educação, SOF (Sempre Viva – Organização Feminista), Fala Preta, Instituto Patrícia Galvão, Geledés, Rede de Mulheres de Educação, SOS Corpo, Grupo Transas do Corpo, União de Mulheres Brasileiras, Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), Pró-Mulher, Casa Lilith etc. Alguns desses movimentos são na realidade ONGs, bastante atuantes, tais como a Casa Eliane de Grammont, ELAS (Assessoria Elizabeth Lobo da Mulher Trabalhadora), o grupo ECOS, o Projeto Casa da Mamãe etc.; outros articulam as questões de gênero e de etnia, como Geledés, Fala Preta, Fórum de Mulheres

novamente em cena, reivindicando entretanto sua visibilidade. A partir do ano 2000, as mulheres têm realizado marchas: em 2001 participaram da I Grande Marcha Mundial das Mulheres (MMM) com 20 mil participantes. Em 2003, na II Marcha, calculou-se em 40 mil o número de participantes; em 2005, a MMM lançou em São Paulo, no Dia Internacional da Mulher, a *Carta mundial das mulheres para a humanidade*, com a presença estimada de 30 mil mulheres, de 16 estados brasileiros. Segundo Scherer-Warren (2006, p. 116):

A MMM é um caso emblemático de luta transversal de direitos para a América Latina e para a sociedade global. A MMM teve sua origem no movimento de mulheres e caracteriza-se por ser um projeto de mobilização social no qual participam ONGs feministas, mas também comitês e organismos mistos de mulheres e homens que se identificam com a causa do projeto. Esta causa parte de uma discriminação de gênero mas se associa à luta contra discriminações e exclusões sociais em outras dimensões, especialmente em relação à igualdade, solidariedade, liberdade, justiça e paz.

Movimentos populares também organizaram marchas de mulheres como a Marcha das Margaridas organizadas por mulheres sem-terra. O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), cujo nome não incluiu ainda o termo “trabalhadora”, desde os anos 1990 tem realizado várias aproximações para incluir as mulheres.

Negras de São Paulo, Articulação de ONGs de Mulheres Negras etc. Outros ainda se articulam com a questão da sexualidade como Gtpos (Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual e Prevenção da AIDS), Coletivo Feminista de Sexualidade, a Comissão de Cidadania e Reprodução Humana, Coletivo de Feministas Lésbicas, Católicas pelo Direito de Decidir etc. Outros tratam da questão da legislação, com apoio e orientação jurídica como a Oficina dos Direitos da Mulher. Registre-se ainda a importância de centros de estudos e pesquisas sobre as mulheres em São Paulo, destacando-se, por seu pioneirismo, a Fundação Carlos Chagas e o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (Nemge) da Universidade de São Paulo. São Paulo foi também uma das primeiras cidades do Brasil a ter conselhos da Condição Feminina, nos órgãos e políticas públicas, assim como os SOS Mulher e as delegacias da Mulher. A Igreja Católica desenvolve há décadas a Pastoral da Mulher e tem trabalhos de apoio à mulher marginalizada, profissional do sexo etc. A Unifem – uma entidade que trabalha a partir de um fundo da ONU – tem realizado em São Paulo cursos de alfabetização jurídica para lideranças mulheres e dado apoio à organização de mulheres trabalhadoras.

Em 1996 criou o Coletivo Nacional da Mulher do MST e em 1999 renomeou-o como Coletivo Nacional de Gênero. As mulheres dos assentamentos têm tido inúmeros problemas para ter o direito de propriedade dos lotes, pois até pouco tempo atrás os registros eram para “o chefe” da família, cadastrando-se o homem – e para uma só pessoa. A mulher só era registrada na impossibilidade de o marido fazê-lo ou no caso de cessão de direito – comum nos estados do Nordeste brasileiro, de onde os homens migram para o Sul e deixam as mulheres cuidando das terras. Litígios e separações também deixavam as mulheres em situação difícil, sem o direito à propriedade que ajudaram a colonizar.

As mulheres têm tido também presença ativa e numericamente superior aos homens nas várias edições do Fórum Mundial Social (FSM). Elas têm organizado e participado de centenas de atividades desse Fórum. O 8 de Março de 2007 foi celebrado no Brasil com inúmeras marchas e manifestações de protestos das mulheres, contra o Presidente norte-americano George W. Bush, que visitava o Brasil justamente naquele dia. A política ganhou centralidade nas comemorações nesse ano: antes destacavam mais os tópicos específicos das mulheres.

Conclusões

Compartilhamos das análises que afirmam: só os movimentos sociais têm a capacidade de reinventar e reorientar o Estado e suas políticas e exigir a superação da submissão do Estado às políticas sócio-econômicas contrárias aos interesses de uma sociedade e de um povo. Os movimentos sociais no Brasil democratizaram a democracia em um primeiro momento, ao resgatá-la do regime militar e restaurar uma ordem pública fundada nos direitos. Mas o desenrolar do processo político levou a outras rotas, em vez de consolidar e aprofundar as conquistas democráticas; essas passaram a ser ressignificadas pelo alto, por políticas públicas elaboradas por órgãos públicos, atribuindo-lhes novo sentido, e não ressignificada, o que equivaleria a resgatar seu sentido emancipatório, pelo qual ocorreram as lutas e os movimentos sociais entre os anos 1960 e 1980. A globalização e as opções econômicas que têm sido tomadas no país são forças

que dificultam esses processos porque fragmentam as atrizes e os atores político e sociais, diluem os mecanismos de representação da cidadania e debilitam a formação de identidades coletivas.

Ao resgatarmos a longa trajetória dos movimentos das mulheres, objetivamos apresentar suas riqueza e diversidade, seus fundamentos teóricos e modelos democráticos que ajudaram (e ajudam) a construir. Demonstramos que a trajetória de lutas das mulheres é pontuada por lutas gerais e específicas, de tendências e conflitos internos entre suas organizações; sobretudo, tencionamos demonstrar que o movimento das mulheres é amplo, composto por lutas do movimento feminista e feministas independentes, de movimentos de gênero, ONGs e entidades que compõem partes de seu universo. Mas é também composto por múltiplos outros movimentos sociais, para não dizer a maioria, de movimentos que demandam melhores condições de vida e trabalho, reconhecimento de direitos sociais, políticos e culturais etc., com presença majoritária das mulheres. Nesse movimento amplo das mulheres, elas estão invisíveis. Elas são *atrizes* em cena, ativas. Mas até a academia denomina-as “ator(es)”, encobertas pelo véu da denominação de um genérico masculino. Dar-lhes visibilidade, em suas demandas específicas ou mais amplas – que dizem respeito às suas condições de vida e trabalho, das de seus familiares e de seus grupos de pertencimento, é fundamental para o fortalecimento da identidade coletiva das mulheres e é uma urgência para o avanço do processo democrático no país. As políticas públicas têm-se lembrado de incluir as mulheres como “elementos” de uma engenharia social que busca uma inclusão de cima para baixo, sob controle e princípios de um Estado regulador de conflitos sociais. Ser mão-de-obra de processos informais de trabalho para geração de renda, ou ter cartões e certidões para receber benefícios das políticas de “proteção social” não são vias e nem caminhos que levem à emancipação das mulheres e nem lhes possibilita constituírem-se como movimentos sociais transformadores na sociedade. A concepção de democracia presente nessas políticas tem raízes no liberalismo, nas políticas assistenciais e caritativas, que despolitizam o trabalho das mulheres em grupos, movimentos e associações civis comunitárias; oculta as diferenças sócio-econômicas e as raízes econômicas e políticas dos

processos de exclusão; fragiliza as demandas por direitos porque o princípio da igualdade não é considerado – à medida que as políticas perdem o caráter universal e passa a ser focalizada. Desloca o foco das redes culturais de identidade e pertencimento-que dão força para as lutas das mulheres, para redes forjadas nas políticas ditas inclusivas, tecidas pelos intelectuais/administradores das políticas sociais neoliberais do país.

Recebido em 27.4.2007

Aprovado em 15.7.2007

Referências bibliográficas

ABONG. A Care e o Dia Internacional de Combate à Pobreza. **Informes Abong**, São Paulo, n. 368, 10.out.2006. Disponível em: <http://www.abong.org.br/>. Acesso em: 26.set.2006.

ALEXANDER, J. **The Civil Sphere**. Oxford: Oxford University, 2006

ALVAREZ, S. Falas do Estado ou o estado das falas sobre as mulheres nas administrações democrático-populares. *In*: GODINHO, T. & SILVEIRA, M. L. (Orgs). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo-Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

_____. A “globalização” dos feminismos latino-americanos. Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. *In*: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

AVELAR, L. M. **Mulheres na elite política brasileira**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2002.

AVRITZER, L. & SANTOS, B. S. Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BURITY, J. A. Cultura e identidade nas políticas de inclusão social. *In*: AMARAL JÚNIOR, A. & BURITY, J. A. (orgs.). **Inclusão social – identidade e diferença**. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006.

Caderno Temático CEAP: Gênero e educação popular. Passo Fundo, 2003.

CALDEIRA, T. **A política dos outros.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTRO, M. G. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Caderno CRH**, Salvador, n.17, p. 80-105, jul.-dez.1992. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1282&article=358&mode=pdf> - . Acesso em: 3.set.2007.

COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

DEL PRIORI, M. (org.). **História da mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

EAGLETON, M. **Feminist Literary Criticism.** Oxford: Oxford University, 1996.

ESCANDÓN, C. R. Women and Citizenship in Nineteenth-Century: Three Entangled Perspectives. **Gender & History**, v. 18, n. 1, p. 1-5, Apr.2006.

FNRU. Gênero, política urbana e o direito à cidade. **Boletim FNRU**, Rio de Janeiro, n. 28, mar.2007

FRASER, N. Recognition without Ethics. **Theory, Culture and Society**, London, v. 18, n. 2-3, p. 21-43, 2001.

GADEA, C. A crítica pós-moderna e os movimentos sociais. *In*: AMARAL JÚNIOR, A. & BURITY, J. A. (orgs.). **Inclusão social – identidade e diferença.** Perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006.

GOHN, M. G. **Reivindicações populares urbanas.** São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **A força da periferia.** A luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Loyola. 2001a.

_____. **Sem-terra, ONGs e cidadania.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. **Movimentos sociais e educação.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (org.). **Movimentos sociais no século XXI.** Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 17-38, jan.-mar.2006a.

_____. Associativismo em São Paulo: novas formas e participação no planejamento urbano da cidade. *In*: NUNES, B. F. (org.). **Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano.** Brasília: Líber Livro, 2006b.

_____. **Teoria dos movimentos sociais.** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2006c.

_____. **Mapeamento e análise de projetos sociais.** São Paulo: Programa Rumos Itaú Cultural, 2007a.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro.** São Paulo: Loyola, 2002.

HEILBORN, M. L. & SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995).** V. 2: Sociologia. São Paulo: Sumaré, 1999.

HEYS, C. J. Feminist Philosophy across Traditions. **Constellations**, New York, v. 13, n. 4, p. 573-582, Dec.2006.

KNIBIEHLER, Y. Mulher sem objeto. Quem cuida das crianças? **Folha de S. Paulo**, Caderno “Mais!”, p. 10, 4.mar.2007.

LEITE, M. L. M. **Outra face do feminismo:** Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). **História da mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

MICHELET, J. **A mulher**. São Paulo: M. Fontes, 1995.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais, projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOTTA, A. B. (org.). Dossiê: Gênero, idade e gerações. **Caderno CRH**, Salvador, n. 42, v. 17, 2004.

RIBEIRO, A. M. M. & COUTINHO, G. G. Modelos de democracia na era das transições. **Cívitas**, v. 6, n. 1, p. 39-58, jan.-jun.2006.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. *In*: GODINHO, T. & SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Caderno n. 8. São Paulo: Prefeitura de São Paulo-Coordenadoria Especial da Mulher-Friedrich Ebert Stiftung, 2004.

SANTOS, B. S. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000

_____. **Democratizar a democracia**. Caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan.-abr.2006.

SCOTT, J. W. “Prefácio” a *Gender and Politics of History*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SOARES, V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. *In*: GODINHO, T. & SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo-Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária têm dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SORJ, B. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais. *In*: GODINHO, T. & SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo-Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

PINTO, C. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In*: COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. O discurso democrático deslocado: a propósito do paradoxo da democracia. *In*: AMARAL JÚNIOR, A. & BURITY, J. A. (orgs.). **Inclusão social**. Identidade e diferença. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006.

TILLY, C. **Identities, Boundaries & Social Ties**. London: Paradigm, 2005.

TILLY, C. & TARROW, S. **Contentious Politics**. London: Paradigm, 2007.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

THOMPSON, E. P. **Making History**. Writings in History and Culture. New York: New York, 1994.

TOURAINÉ, A. **Podremos vivir juntos?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan.-abr.2006a.

_____. **Um novo paradigma**. Para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006b.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.